

POLÍTICAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS DO MUNICIPIO DO CAZENGA AO PRIMEIRO EMPREGO. ESTUDO DE CASO: PLANO DE ACÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE (PAPE) 2019/2020

Autor: Pululu Kialunda Nzolamesso | pululugarcia@gmail.com | Mestre em Gestão de Recursos Humanos na especialidade de Gestão Estratégica do Potencial Humano pela Universidade Gregório Semedo (UGS) ano 2019-2020; Licenciado em Ciência Política pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN) ano 2016; Pós - Graduado em Elaboração de Artigos Científicos no Centro de Estudo Apoio à Formação, Investigação e Extensão da Universidade Agostinho Neto (UAN) ano 2017; Pós - Graduado em Agregação Pedagógica pela Universidade Agostinho Neto (UAN). Ano 2018 | <https://orcid.org/0009-0007-4067-6442> | Luanda, Luanda, Angola

Recebido: Maio, 2025 | **Aceite:** Junho, 2025 | **Publicado:** Junho, 2025

RESUMO

Este artigo de investigação tem como objectivo principal analisar as políticas de inserção profissional do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), implementado pelo governo angolano, no acesso ao primeiro emprego para os jovens. O estudo centra-se nos desempregados inscritos no PAPE na cidade de Luanda, com idade superior a 18 anos, e tem como foco identificar os principais desafios enfren-

tados pelo programa na inserção dos jovens do município do Cazenga no mercado de trabalho. Para a realização do estudo, foi adotada a metodologia de estudo de caso, baseada na aplicação de questionários e na revisão bibliográfica, permitindo a formulação de conclusões que possam contribuir para uma análise mais aprofundada da problemática da reinserção profissional.

Palavras-chave: Primeiro emprego, Mercado de Trabalho; Desemprego.

ABSTRACT

This research article's main objective is to analyze the professional insertion policies of the Action Plan for the Promotion of Employability (PAPE), implemented by the Angolan government, in accessing young people to their first job. The study focuses on unemployed people registered with PAPE

in the city of Luanda, aged over 18, and focuses on identifying the main challenges faced by the program in the insertion of young people from the municipality of Cazenga into the job market. To carry out the study, a case study methodology was adopted, based on the application of questionnaires and a bibliographical

review, allowing the formulation of conclusions that can contribute to a more

in-depth analysis of the problem of professional reintegration.

Keywords: First job, Job Market; Unemployment.

INTRODUÇÃO

Angola possui uma população predominantemente jovem em idade produtiva. No entanto, essa realidade não se traduz em oportunidades concretas para essa parcela da sociedade, que enfrenta inúmeras dificuldades na busca pelo primeiro emprego. Para mitigar esse problema, o governo angolano implementou diversas políticas de inserção profissional, com destaque para o município do Cazenga, onde busca capacitar os jovens e fomentar o espírito empreendedor, contribuindo assim para a redução do índice de desemprego no país.

Nesse contexto, muitos jovens recorrem ao Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) em busca de formação e qualificação técnico-profissional, na expectativa de criar seu próprio negócio ou ingressar no mercado de trabalho. No entanto, encontrar o primeiro emprego continua sendo um grande desafio, especialmente em um cenário onde a maioria das empresas exige experiência profissional mínima de cinco a dez anos, ignorando o grande número de jovens sem experiência que buscam apenas uma oportunidade inicial.

A Constituição da República de Angola (CRA), em seu artigo 81.º, assegura aos jovens uma proteção especial para a efetivação dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo o acesso ao primeiro emprego. Diante desse cenário, a falta de oportunidades profissionais pode ser interpretada como uma viola-

ção dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição.

O PAPE foi criado pelo Decreto Presidencial 113/19 com o propósito de capacitar os jovens e enfrentar o elevado nível de desemprego no país, fenômeno que reflete as dificuldades de adaptação da economia às mudanças impostas pela crise econômica que se instalou desde 2019.

O combate à discriminação no mercado de trabalho deve ir além da legislação vigente e ser complementado por medidas concretas de promoção da igualdade, que ainda são pouco expressivas. A atuação do governo nesse sentido deve abranger não apenas a criação de vagas, mas também a expansão dos serviços de apoio às famílias, garantindo melhores condições para a participação equilibrada dos jovens no mercado de trabalho.

Além disso, programas específicos de empregabilidade podem, em algumas situações, gerar riscos de estigmatização, o que exige a adoção de critérios de acesso mais inclusivos e abrangentes. O desemprego continua sendo um dos maiores desafios do mundo do trabalho, afetando todas as sociedades.

Apesar dos esforços do Estado angolano na implementação de políticas voltadas à empregabilidade e à promoção da igualdade de oportunidades, é fundamental avaliar a real eficácia desses programas.

O objectivo deve ser proporcionar aos jovens autonomia, sustentabilidade e uma inserção efetiva no mercado de trabalho, permitindo-lhes demonstrar suas com-

petências e habilidades na execução de tarefas e na construção de uma trajetória profissional sólida.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas é um “conjunto de actividades das instituições do governo, actuando directamente ou através de agentes, e que são dirigidas a ter uma influência determinada sobre a vida dos cidadãos” ou dita de outra maneira, as Políticas Públicas são os distintos tipos de acção que pode adoptar um governo para tratar com problemas sociais ou público. Afirma Dye (2005, p.48).

Para Jean Claude (1989) as políticas públicas “resultam de demandas sociais e estão focadas no que deve ser feito no presente e não no que se pretende fazer, estando voltadas para a acção e materialização de objectivos específicos, apesar de nem sempre ser possível atingi-los”.

Segundo Bordieu, (2012, p.87) as “políticas públicas é o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos económicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil”.

Dye (2005) salienta que a política pública “é tudo aquilo que o governo decide fazer ou não fazer”.

Empregabilidade

Almeida (2004, p. 35), refere que a, “empregabilidade é a capacidade do indivíduo de conseguir novas oportunidades de emprego, manter-se empregado e também de conseguir promoções, por meio de seus conhecimentos, habilidade

e atitudes.”

Empregabilidade sempre existiu, porém estava presente nos altos escalões corporativos onde era mais cobrado devido à necessidade de gerar resultados positivos ser mais perceptível. Esta, ainda, é instável como o desenvolvimento do profissional.

Araújo (2007) coloca que, mediante esse conceito, os trabalhadores obrigaram-se a compreender que o compromisso de sua formação/especialização é tão somente de cada um, e não mais da empresa onde estão ou irão trabalhar.

Desemprego

Desemprego é a palavra mais falada socialmente e nos diferentes meios de comunicação. A problemática do desemprego é “referida diariamente no seio familiar, na faculdade, nas ruas, nos jornais e afins. A definição dada ao desemprego é falta de trabalho”.

Um desempregado “é um indivíduo que, pertencendo à população activa, se encontra sem emprego e à procura de um.” afirmam Silva e Pereira, (2012).

Desta forma, o desemprego é caracterizado como sendo a não possibilidade do trabalho assalariado nas organizações de um modo geral. De acordo com Cardim (2005), desemprego significa “a condição da pessoa sem algum meio aceitável de ganhar a vida e os desempregados são pessoas capazes de trabalhar

para satisfazer suas necessidades, mas ociosas, independentemente de sua boa vontade para trabalhar ou ocasião que elas possam fazer para atender as necessidades da sociedade”.

A inserção profissional

Nos últimos anos, o aumento da taxa de desemprego deixou de abranger apenas determinados grupos sociais específicos para incluir um conjunto mais diversificado de pessoas nas quais se incluem os jovens. Apesar de todos os grupos abrangidos pelo desemprego carecerem de um tratamento adequado, face à conjuntura actual, o grupo dos jovens causa grande preocupação, em particular porque encontram sérias dificuldades na sua inserção no mercado de trabalho (Alves, 2009).

A definição de inserção profissional não é consensual, apesar de haver uma multiplicidade de estudos para caracterizar esta problemática social. Existem inúmeras designações que caracterizam esta realidade. Inserção profissional, entrada na vida activa, transição profissional, transição da escola para o trabalho, entrada no mercado de trabalho.

Como refere Cardim (2005, p.13), “os estudos sobre a inserção profissional dos jovens são unânimes em considerar que as transformações registadas nas últimas décadas na esfera económica têm produzido alterações profundas nos processos de transição da escola para o mundo do trabalho. Com efeito, o desemprego e a precaridade conferem à inserção profissional dos jovens uma nova centralidade”.

De acordo com a mesma autora, “a inserção corresponde ao momento em que

a articulação entre formação inicial e emprego ocorre, desenrolando-se sob o signo da adequação entre emprego formação e da mobilidade social” (Alves, 2009, p.108).

Por outro lado, Almeida (2007, p.85) menciona que os jovens procuram empregos incertos usando os como último recurso, ou seja, “adquirem uma certa (ins) estabilidade identitária que forneça um sentido de temporalidade biográfica plausível”.

Para Alves (2009) o conceito de inserção profissional é definido com base em várias ordens: o fenómeno é recente (remonta a 1970), por ser construído societalmente e conjunturalmente pelas circunstâncias políticas e socioeconómicas de cada país e porque é resultado de estratégias de vários agentes, jovens que procuram emprego, agentes educativos e empregadores. Surge assim o conceito de inserção profissional como “o processo social construído no qual são implicados actores sociais e instituições (historicamente construídas), lógicas (societais) de acção e estratégias de actores, experiências sobre o mercado de trabalho e heranças socio-escolares”.

Rose (cit in Alves, 2009) fala do conceito de transição profissional como um processo socialmente estruturado, singular, longo e diversificado. Socialmente estruturado, porque nele intervêm vários actores, estado, empresas e redes sociais; singular, porque corresponde a um período isolado, durante o qual mudam de estatuto; longo, pois corresponde a um período cada vez mais alargado no tempo e diversificado, porque apresenta formas e ritmos variados.

Ferguson et al. (cit in Kovács, 2013) con

sideram que a utilização do termo transição deixou de ser adequada à realidade actual devido ao conjunto de mudanças evocadas.

Para Alves (2009) o termo “inserção profissional” encontra-se geralmente ligado a dificuldades encontradas na passagem entre a Educação/Formação e o mundo do trabalho e com o facto de ter deixado de ser um processo rápido e se ter transformado num processo longo e complexo, processo esse que se tenta minimizar com recurso a políticas activas de emprego de que os estágios são um dos exemplos.

Políticas públicas de inserção ao primeiro emprego

Em Angola, segundo Ribeiro, (2011, p. 06) existem razões para que o jovem perca a esperança de ter um trabalho de um lado à estrutura social que o país vive, movido pelas desigualdades económicas, no enfraquecimento das expectativas de sucesso marcado pelos indicadores de pobreza, analfabetismo e a violência. Por outro lado, na própria economia nacional as dificuldades são maiores do que as facilidades que propicie a ele uma vida com melhores condições de viver, mesmo para a classe mais elevada.

O jovem ao ingressar no mercado de trabalho e possuir sua legitimidade perante a sociedade carrega em sua bagagem os ensinamentos adquiridos ao longo dos anos na Faculdade, impactando positivamente ou negativamente para aqueles que abandonaram os estudos no momento de uma simples entrevista, sendo cada vez mais necessária na definição

do ingresso ao mercado de trabalho levando em consideração a estabilidade económica e a eficácia do sistema escolar.

Do ponto de vista de Cruz, (1998) nas estruturas mais óbvias que a sociedade oferece, quando se seguem normas está protegido das condições de terrores que são ofertados, não é perceptível diante das rotinas e rituais que são enfrentados com calma, bem como os ritos de passagens que demonstram essa função.

A cultura dominante contribui para a integração real, Bourdieu (2006) assegura uma comunicação imediata entre os membros diferenciando das demais classes, para a falsa consciência das classes dominantes e dominadas, legitimando ordem estabelecida pelo meio de hierarquias para validar essas distinções.

Segundo Canario (2007), o trabalho para jovem constitui um factor decisivo em sua vida, um valor e instrumento de valorização humana, e ter a concepção que ter um nível de escolaridade não é certeza de ter trabalho, diante as exigências do mercado de trabalho o jovem deve ser criativo e ter flexibilidade para aceitar as regras impostas pelas empresas.

Nesse sentido, Bourdieu (2006) evidencia que os jovens possuem as perspectivas relacionadas com o futuro, entretanto, não há planeamento pré-definido, almeja o ensino superior como à probabilidade de modificar as condições adversas, sendo assim uma chance de conseguir um emprego que considere ser melhor, gerando expectativas de melhores condições de trabalho.

PLANO DE ACÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

PAPE criado segundo o Decreto Presidencial n.º 113/19, de 16 de Abril, com a finalidade de fomentar e apoiar o espírito de iniciativa dos empreendedores, fundamentalmente dos jovens e mulheres, valorizar o exercício das profissões através da atribuição de carteiras profissionais e dar oportunidade de estágios aos cidadãos recentemente formados, reduzindo assim elevado índice de desemprego que tem assolado o país.

Muitas foram as políticas que estimularam a inserção dos jovens no mundo do trabalho, visando estimular a renda, a oferta de emprego voltados a fortalecer a empregabilidade no país, as quais passar-se-á a apresentar. Desenvolver acções de educação profissional, buscando contribuir para a redução do desemprego e subemprego.

O Planfor conseguiu dar maior visibilidade aos jovens, pois estes eram os vistos como mais vulneráveis. No entanto, por causa de inúmeras situações como: carga horária dos cursos ofertados, qualidade dos mesmos, e desarticulação com outras políticas, este plano ficou comprometido (INE, 2021).

Em seu artigo 1º, e incisos, a Lei deixa bem claro a sua finalidade, a saber.

Art. 1º. (...) I - a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de

renda; e

II - a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social. Art. 2º O PAPE atenderá jovens com idade de dezesseis a vinte e quatro anos em situação de desemprego involuntário, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - não tenham tido vínculo empregatício anterior;

II - sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até 1/2 (meio) salário mínimo, incluídas nesta média eventuais subvenções econômicas de programas congêneres e similares, nos termos do disposto no art. 11 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 10.940, de 2019).

III - estejam matriculados e frequentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei nº 14/865, de 20 de dezembro de 2016, ou que tenham concluído o ensino médio; e (Redação dada pela Lei nº 14/940, de 2017).

IV - estejam cadastrados nas unidades executoras do Programa, nos termos desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 10/940, de 2019).

Tabela nº 1 - Movimentação para o mercado de trabalho

Ano	Colocações efectuadas pelos centros de emprego			Colocações efectuadas pelas empresas e a agências de emprego			TOTAL
	Feminino	Masculino	Subtotal	Feminino	Masculino	Subtotal	
2019	2 140	10 372	12 512	119 373	578 569	697 942	710 454
2020	3 085	11 333	14 418	172 078	632 176	804 254	818 672
2021	2 628	11 069	13 697	146 595	617 449	764 044	777 741
TOTAL GERAL	7 853	32 774	40 627	438 046	1 828 194	2 266 240	2 306 867

Fonte: MAPESS-PAPE (2021) - Dados fora do período de estudo.

A Estrutura do Emprego e Desemprego em Angola

A sociedade angolana tem sido o palco de várias mudanças políticas, económicas, sociais e culturais. Os contornos destas transformações deixam cada vez mais visíveis as desigualdades sociais traçadas na esfera laboral. Considerando a informação disponibilizada pelos dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2016, a população total residente em Angola era de 33 789 024 de habitantes, dos quais 16 499 041 do sexo masculino (48% da população total residente) e 17 289 983 do sexo feminino (52% da população total residente).

O que evidenciou, pela primeira vez, o acréscimo que se tem verificado relativamente aos anos anteriores. O mercado de trabalho concentra cerca de 40.0 % da população com 18 ou mais anos, sendo que as actividades do sector primário concentram 44.2%, as do secundário 6.1%, e as do terciário 26.2% e enquanto

que 23.5% da população residente não declarou a sua actividade.

Diante da presença maciça de pessoas principalmente na capital do país a procura de melhores condições de vida e meios de trabalho consistentes, na qual a sua maioria não está preparada e qualificada para as exigências necessárias no mercado de trabalho primário e, até mesmo a cultura urbana (solidariedade orgânica). No entanto, com a natureza das condições socio-económicas em que se encontram, para muitos só o mercado de trabalho secundário (informal) lhes permite uma oportunidade de sobrevivência.

Na medida que a família encontra dificuldade para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviço aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade, que muitas vezes os leva à violência. A vida familiar para ser efectiva e eficaz depende de condições para sua susten-

tação e manutenção de seus vínculos.

O desemprego constitui um indicador dos desequilíbrios existentes no mercado de trabalho, na medida em que ele exprime os desajustamentos entre a oferta e a demanda por trabalho. A taxa de desemprego é a razão entre o número de desempregados e o número de pessoas economicamente activas (INE, Resultados Definitivos Recenseamento Geral da População e Habitação - 2014). Este indicador representa a amplitude da força de trabalho disponível e não utilizada no país. São considerados desempregados todas as pessoas com 18 ou mais anos de idade que no período de referência se encontravam simultaneamente nas situações seguintes:

- a) Não trabalhou ou não tinha trabalho;
- b) Estava disponível para trabalhar.

Segundo Zassala, (2005), os dados estimados em Luanda em 1992 sobre a taxa bruta de desemprego eram na ordem dos 23,3 % para os homens e 24,9 % para as mulheres. Nesse período, a maioria da população economicamente activa não possuía níveis aceitáveis de qualificação profissional, o que reduzia as suas oportunidades de obtenção de um emprego de qualidade.

De acordo com os dados do INE em 2014, o número de desempregados abrangia 1739 946 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de desemprego a nível nacional de 24%. A taxa de desemprego atinge sobretudo á população jovem entre os 18-24 anos.

O Perfil da Juventude em Angola

O Recenseamento Geral da População e

Habitação de 2014 e as projecções mais recentes de crescimento da população indicam que 47% da população angolana estimada em 121. 964, 96 tem menos de 15 anos, 42,4% situa-se na faixa entre 15 e 35 anos de idade, o que significa que a Juventude é o principal recurso do país. Cerca de 12% dos Jovens dos 15 aos 35 anos reside nas zonas urbanas, enquanto que 21% nas zonas rurais. A taxa de analfabetismo no grupo etário dos 15 aos 24 anos é de 30%, dos quais 51% do sexo feminino. A população com 18 anos que concluiu o II ciclo do ensino secundário é de 13% da população, isto é, concluiu a 12ª ou a 13ª classe. Por outro lado, a proporção da população com 18 ou mais anos que nunca frequentou a escola ou não concluiu a 6ª classe é de 48%. Esta proporção aumenta nos grupos etários de 25-64 anos e 65 ou mais com relação ao sistema vigente. Em 2014, a proporção da população com 24 ou mais anos com formação superior representa 2,5%. Os homens detêm a liderança com 3,2%, contra 1,9% das mulheres (INE, Resultados Definitivos Recenseamento Geral da População e Habitação - 2014).

O significado do termo “juventude” sofreu mutações ao longo das últimas décadas e se nos finais dos anos 60 a juventude era um “problema”, na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70 os “problemas” de emprego e de entrada na vida activa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, que quase se transformou numa categoria económica.

Sem qualificações, jovens com escolaridade mínima obrigatória, a procura do 1º

emprego ou que pretendendo trabalhar por conta própria, jovens com formação acadêmica média concluída e que desejam formação técnica, incluindo conhecimentos e competências que permitem assumir de forma geralmente autônoma ou não.

A responsabilidades de concepção ou posição profissional destes, depois de um determinado nível de estudo ou qualificação, as decisões tomadas por eles na escolha de emprego «sob constrangimentos» inerentes ao ambiente social ou o contexto que os mesmos enfrentam para obter sucessos durante sua vida. Tema esse que se insere no âmbito das políticas públicas. É uma tentativa de forma a permitir uma compreensão que reside em torno do primeiro emprego, na segmentação do mercado de trabalho primário e secundário.

Uma vez que pensamos nós que a escolha e a inserção no primeiro emprego constitui uma das principais preocupações dos jovens, mas também o emprego, como um objectivo estratégico que deve ser assumido transversalmente pelo Estado. Além disso, hoje elevaram-se as exigências para contratação, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho daqueles que não têm escolaridade e profissão.

No sentido de enquadrar o problema em análise, descrevemos, ainda que de forma sumaria, a situação das jovens sobretudo das famílias pobres na sociedade angolana. Pelo que, ao longo da nossa pré-pesquisa notamos que os jovens se confrontam com muitas dificuldades no acesso ao primeiro emprego.

Os jovens parecem ter sido os mais atingidos nesse processo, devido ao proble-

ma relativamente as exigências de experiência prévia, criando um círculo vicioso no qual, por um lado a falta de experiência dificulta a obtenção de trabalho, o que, por sua vez, dificulta o acumulo de experiência, por outro lado, o nível de instrução académico.

De lembrar que a Constituição da República de Angola, no Artigo 81.º n.º 1 - (a, b, c, d, e); 3 e 4, sobre Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais, afirma que:

1. Os jovens gozam de protecção para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:
 - a) No ensino, na formação profissional e na cultura;
 - b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;
 - c) No acesso a habitação;
 - d) Na educação física e no desporto;
3. A política de juventude deve ter como objectivo prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.
4. O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as colectividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objectivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.

Tabela nº 2 - População Economicamente Activa

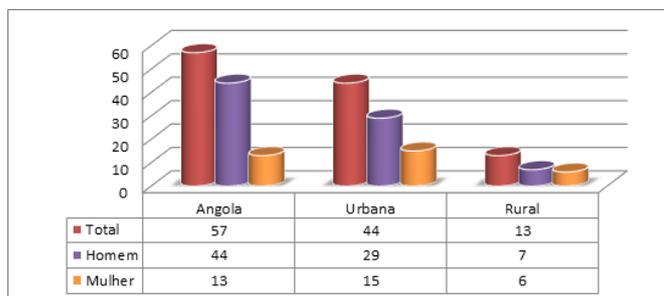
Faixa etária	% Total		% PEA	
	PEA Desempregado 2019	Procura do Primeiro Emprego 2019	PEA Desempregado 2020	Procura do Primeiro Emprego 2020
18 - 20	35,8	55,9	48,9	65,6
20 - 24	31,2	34,4	37,6	27,9
25 - 29	14,2	10,2	10,2	28,8
30 - 39	12,0	0,3	11,9	4,2
40 - 49	5,1	0,1	8,5	0,3
50 - 59	1,8		6,8	--
60 e +	0,3	0,1	3,6	0,9

Fonte: Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade, 2021

Taxa de Emprego

A taxa de emprego da população com idades compreendidas entre 18-64 anos no período de 2019-2020 é de 65%, sendo mais elevada entre os homens (44%) do que nas mulheres (13%).

Gráfico nº11 - Taxa de emprego por sexo, segundo a área de residência



Fonte: INE, 2021.

O gráfico nº 12, mostra que a taxa de emprego é mais baixa entre as mulheres e também o nível de escolarizadas comparativamente aos homens. As mulheres com ensino secundário é de 28 % ao passo que o nível de escolaridade dos homens é de 69%.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados desta investigação, observa-se que a população inquirida acredita que um dos principais desafios enfrentados pelos jovens beneficiários do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) está relacionado ao não cumprimento das regras do programa e à falta de criatividade por parte dos próprios beneficiários. Ainda assim, verificou-se que a maioria dos jovens do município do Cazenga que procuram o primeiro emprego demonstram preferência pelo trabalho autónomo, uma vez que a inserção no mercado de trabalho formal continua sendo um desafio em Angola. Muitas empresas exigem experiência prévia de cinco a dez anos, dificultando o acesso de jovens sem experiência a uma oportunidade inicial.

Para obter os resultados desta pesquisa, foi adotada uma abordagem quantitativa, permitindo verificar que os inquiridos encontram-se em uma fase ativa para contribuir com o crescimento da economia do país. Os objectivos do estudo foram atingidos, pois foi possível analisar as políticas de inserção profissional promovidas pelo PAPE e identificar os principais desafios enfrentados pelo programa na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Um aspecto relevante revelado pela pesquisa diz respeito aos mecanismos utilizados para a obtenção do primeiro emprego. Segundo os entrevistados, o acesso ao mercado de trabalho ocorre principalmente por meio de redes de contatos (60%) e relações pessoais (40%), evidenciando a importância das

conexões interpessoais como fator determinante para a empregabilidade.

Não foi possível afirmar que houve um número significativo de inserções no mercado de trabalho entre os ex-formandos do programa durante o período da pesquisa. No entanto, constatou-se que aqueles que ainda estavam em formação na época das entrevistas demonstravam confiança na sua futura inserção profissional. A entrada no mundo laboral pode, a médio prazo, favorecer a criação de redes de contatos que impulsionam a participação ativa dos indivíduos na sociedade.

Além disso, os resultados quantitativos apontam uma tendência unânime: a qualificação adquirida por meio de cursos de formação profissional aumenta significativamente as chances de obtenção de emprego. A análise dos questionários revelou que grande parte dos formandos sente-se mais confiante na busca por uma colocação profissional após a certificação no curso.

Dessa forma, fatores como a qualidade da formação recebida, a inovação tecnológica, a infraestrutura adequada, o alinhamento das áreas de ensino com as necessidades do mercado e a existência de parcerias com empresas públicas e privadas tornam-se determinantes para o sucesso do PAPE. Esses elementos contribuem para que os jovens adquiram experiência profissional e aumentem suas chances de acesso ao primeiro emprego, fortalecendo sua inserção no mercado de trabalho e impulsionando o desenvolvimento económico do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. J. (2007). *Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal*. Sísifo. Revista de Ciências da Educação.
- Alves, N. (2009). *Inserção Profissional e Formas Identitárias*. O caso dos licenciados da universidade de Lisboa: Lisboa, Educa.
- Araújo, P. (2006). *Desemprego de meia-idade e mediadores de compensação: O Estado social com último reduto*. Oficinas do CES, N.º 260.
- Araújo, P. (2007). *De dependentes da Estaco a dependentes do Estado: Desemprego de meia-idade e o Estado social como último reduto*. Revista Crítica de Ciências Sociais.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. 5ª Edição. Lisboa: Edições 70
- Bordieu, I. (2012,) *Teoria das políticas públicas Teoria e situações em estudo.* São Paulo: Atlas.
- Canário, R. (2007). *Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal*. In Miguéns, M.I. (Dir.), *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns Contributos de Investigação*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação (CNE).
- Cardim, J. (2005). *Formação Profissional: Problemas e Políticas*. Lisboa: ISCSP.
- Cardim, José Casqueiro (2005). *Formação profissional: problemas e políticas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Claude Jean . (1989). *"políticas públicas."* Paris: PUF.
- Cruz, J. V. P. (1998). *A formação profissional em Portugal. Do levantamento de necessidades à avaliação*. Lisboa: Edições sílabo.
- Dye, Thomas, (2005). *Políticas Públicas*, Lda., Lisboa.
- Kovács, I. (2005). *Flexibilidade de emprego: Riscos e oportunidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Oliveira, L. (1998). *Inserção profissional, o caso da reestruturação dos lanifícios da Covilhã*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Oliveira, L. e Carvalho, H. (2010). *Regulação e Mercado de Trabalho: Portugal e a Europa*, Lisboa: Sílabo.
- Ribeiro, S. (2011). *Promoção da empregabilidade em contextos de incerteza: processos da atribuição de significado psicológico em colaboradores que participaram no Programa Qualificação-Emprego*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FPCE.
- Silva, P. e Pereira, M. (2012). *As Políticas de Proteção no Desemprego em Portugal. Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º70, pp. 133-150.
- Zassala, Carlinhos. (2005). *O Jovem Angolano e a Escolha Profissional*. Edições Kulonga, ISCED. Luanda.